



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10996 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

**INDICADORES EDUCACIONAIS DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL (2009-2021)**

Jaqueline Zanotti Dalmonech - UFMS - PPGE CPAN - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Andressa Santos Rebelo - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**INDICADORES EDUCACIONAIS DE MATRÍCULAS DE ALUNOS**

**DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL (2009-2021)**

Este trabalho pretende-se apresentar alguns indicadores educacionais de matrícula do público-alvo da Educação Especial (PAEE) na educação profissional federal em Mato Grosso do Sul (MS), no período de 2009 a 2021. O recorte temporal tem como marco inicial o ano subsequente à publicação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no país. E como marco final o ano com os dados disponíveis mais atuais do Censo Escolar, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Entretanto é importante ressaltar que os mesmos podem apresentar lacunas devido à eventuais equívocos no preenchimento e no modo pelo qual são agrupados (JANNUZZI, 2009).

Espera-se que o estudo contribua para a ampliação do debate acadêmico e político acerca do direito à educação das pessoas PAEE na Educação Profissional, com observância das peculiaridades e necessidades que estas podem apresentar no processo de ensino e aprendizagem. Consideramos que a trajetória dos IFs em direção à inclusão, em termos de legislação, foi consolidada a partir da sanção da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), pelo fato de que tais instituições passaram a ampliar o ingresso de estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, e oriundos de famílias em situação de baixa renda e de estudantes pretos, pardos e indígenas nos cursos técnico de nível médio e

superior, mediante a reserva de vagas nos concursos seletivos para cada um dos cursos ofertados. Entretanto, somente 4 anos depois foi acrescentada a reserva de vagas para as pessoas com deficiência, através da Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016). Após o levantamento dos dados e da sua devida organização, apresenta-se na tabela abaixo as matrículas de alunos da educação profissional na rede federal em MS.

**Tabela 1** - Matrículas da educação profissional na rede federal em MS.

Ano	Matrículas da Educação Profissional		
	Total	Rede Federal	%
2009	10245	0	0,00
2010	9543	123	1,29
2011	13094	1070	8,17
2012	18224	1368	7,51
2013	23087	1790	7,75
2014	27809	1973	7,09
2015	29447	4976	16,90
2016	24826	3687	14,85
2017	17767	3687	20,75
2018	18429	4046	21,95
2019	19079	3855	20,21
2020	19820	5606	28,28
2021	21427	5730	26,74

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Conforme a tabela 1, no ano de 2010 ocorreram as primeiras matrículas da educação profissional na rede federal de ensino em MS, pois vale salientar que antes da criação dos IFs, em 2008, haviam estados brasileiros que não tinham instituição federal de educação profissional alguma, como é o caso do MS. Percebe-se um aumento gradativo no número de matrículas de alunos na educação profissional no período analisado, com aumentos expressivos no número de matrículas entre os anos de 2011 e 2015, anos estes que coincidem com o início do funcionamento de novos *campi* do Instituto federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). De modo geral, entende-se que a criação da rede federal a partir da Lei nº 11.892 trouxe uma nova forma de pensar a educação profissional e principalmente proporcionando oportunidades e o acesso à educação de qualidade a estudantes das regiões do país ainda não alcançadas, conforme os estudos de Dall'alba (2016) e Da Silva e Eltz (2019). A tabela a seguir apresenta o percentual de matrículas de alunos PAEE na educação profissional na rede federal em MS.

**Tabela 2** - Matrículas PAEE na educação profissional na rede federal em MS.

Ano	Matrículas da educação especial na educação profissional		
	Total	Federal	%
2009	4	0	0,00
2010	10	0	0,00
2011	20	3	15,00
2012	48	6	12,50
2013	64	12	18,75

2014	78	17	21,79
2015	123	19	15,45
2016	147	22	14,97
2017	103	45	43,69
2018	156	49	31,41
2019	185	68	36,76
2020	195	88	45,13
2021	200	81	40,50

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Ao analisar a tabela 2 pode se notar que as primeiras matrículas de alunos PAEE na educação profissional na rede federal em MS são registradas apenas em 2011 com 3 matrículas. Mesmo que timidamente, houve um aumento nesses tipos de matrículas de 2012 a 2016, o que pode ser atribuído à publicação do Decreto nº 7.611 de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2011). Entretanto, apenas com a Lei 13.409 que trata da reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino é que pode se notar um maior avanço no número de matrículas desses alunos, saltando de 22 em 2016 para 45 em 2017. Posteriormente, esse número mais que dobrou, chegando a 88 em 2020, ou seja, quatro vezes mais do que antes da vigência da referida lei. Pode se considerar também que houve um aumento significativo de matrículas de alunos PAEE na educação profissional da rede federal em relação às matrículas nas demais instituições que oferecem educação profissional em MS, pois em 2016 a cada 6,5 matrículas apenas 1 estava na rede federal, já em 2021 a rede federal passou a ter 1 matrícula de PAEE na educação profissional a cada 2,5 matriculados. O que indica a obtenção de efeitos positivos na implantação da lei de cotas como política importante para o acesso de estudantes historicamente excluídos dessas instituições, corroborando os achados de Barbosa (2018) e Santos (2020). A tabela 3 nos mostra a porcentagem de matrículas de alunos PAEE na rede federal em comparação ao total de matrículas da Educação Especial em MS.

**Tabela 3** - Matrículas de PAEE na rede federal em relação ao total de matrículas da Educação Especial em MS.

Ano	Matrículas da educação especial em MS		
	Total	Rede Federal	%
2009	11.129	0	0,00
2010	12.883	0	0,00
2011	14.398	3	0,02
2012	14.945	6	0,04
2013	15.869	12	0,08
2014	17.120	17	0,10
2015	18.852	19	0,10
2016	19.570	22	0,11
2017	19.107	45	0,24
2018	19.932	49	0,25
2019	20.977	68	0,32
2020	21.250	88	0,41
2021	21.526	81	0,38

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Pela tabela 3, pode se notar que existe um pequeno crescimento do número de matrículas de alunos PAEE na educação profissional na rede federal em MS. Se compararmos com o total de matrículas de estudantes PAEE nas demais dependências administrativas em MS (municipal, estadual e privada) podemos notar que antes da promulgação da Lei 13.409, existia uma matrícula na rede federal para cerca de 900 matrículas desse mesmo público em outras dependências administrativas em MS. Em 2021 esse número passou a ser de uma matrícula para cada 265 matriculados. Ao longo dos anos, percebe-se que o quantitativo de matrículas vem gradativamente aumentando corroborando com os estudos de Barbosa (2018) e Santos (2020). Entretanto, esse quantitativo de matrículas ainda representa uma parcela pequena do total estudantes PAEE matriculados na educação básica, o que reforça os achados de Dos Santos, Da Silva e Nozu (2018).

Dentre os motivos desse aumento, pode-se apontar a política de inclusão escolar através da Lei nº 13.146/2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que traz contribuições que incentivam a ocorrência da inclusão escolar (BRASIL, 2015). Assim como a Lei nº 13.409 que estabelece o sistema de cotas e a garantia da reserva de vagas para alunos PAEE nesses IFs (BRASIL, 2016). No entanto, é preciso cautela nessa afirmação, pois conforme Rebelo e Kassir (2018) os dados estatísticos podem proporcionar diferentes interpretações. Mesmo assim, vimos neste trabalho que em MS, os alunos PAEE se fazem presentes no ensino profissional na rede federal e que o número de matrículas cresceu nos últimos anos, e esse aumento pode ser reflexo das políticas de inclusão escolar.

**Palavras-Chave:** Educação especial. Educação profissional. Rede federal. Indicadores educacionais.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Daniela da Conceição Lino. **O Ingresso de Estudantes do Sistema Público de Ensino Fundamental na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Ágora@-Revista Acadêmica de Formação de Professores, v. 3, n. 5, p. 37-67, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.
- BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília: Congresso Nacional, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília: Congresso Nacional, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Congresso

Nacional, 2016.

DALL'ALBA, Jacira. **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação:** contribuições do NAPNE do IFAM – Campus Manaus Leste, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Manaus/ AM, 2016.

DA SILVA, Antônio Soares Júnior; ELTZ, Patrícia Thoma. **Os institutos federais e a educação profissional:** políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 12, p. 31779-31787, 2019.

DOS SANTOS, Bruno Carvalho; DA SILVA, Aline Maira; NOZU, Washington Cesar Shoiti. **Alunos público-alvo da educação especial nas escolas do campo da região centro-oeste:** análise de indicadores de matrículas. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 22, n. 2, p. 920-934, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica.** Brasília: Inep, 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2009.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014).** *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 29, n. 70, p. 276-307, 2018.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos institutos federais brasileiros.** 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.